



JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária de Goiás

**CLIPPING**

**BIBLIOTECA**

DATA

05.02.2024

PÁGINA Nº

1 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

## SUMÁRIO

- 📍 [PRECISAMOS REVER O FUNDO ELEITORAL – O Popular](#)
- 📍 [PASSOS DE MILEI – Folha de São Paulo](#)
- 📍 [CELULAR NA MÃO NÃO É JORNALISMO – Folha de São Paulo](#)
- 📍 [O BRASIL É UMA IMAGEM INVERTIDA DE SINGAPURA – Folha de São Paulo](#)
- 📍 [A PEC DA AMEACA – Folha de São Paulo](#)
- 📍 [A EQUIVOCADA CONCLUSÃO DA RECEITA SOBRE INFORMAÇÕES DOS CONTRIBUINTES – Folha de São Paulo](#)
- 📍 [LULA DESCARTA TROCA DE PADILHA E CONFRONTA LIRA APÓS PRESSÃO – Folha de São Paulo](#)
- 📍 [SEM REDESENHO, ABIN CONTINUARÁ À MERCÊ DE CAPTURA POLÍTICA – Folha de São Paulo](#)
- 📍 [COMISSÃO DO SENADO ANALISA PROJETO QUE EXTINGUE BENEFÍCIO PARA PRESOS – O Hoje](#)
- 📍 [LIMINAR REFORÇA SEGURANÇA JURÍDICA DAS LICENÇAS AMBIENTAIS EMITIDAS PELA PREFEITURA DE GOIÂNIA – Diário da Manhã](#)
- 📍 [POR UMA REFORMA PENAL EFICAZ – Correio Braziliense](#)
- 📍 [SAÚDE INICIA DISTRIBUIÇÃO DE VACINA DA DENGUE – Correio Braziliense](#)
- 📍 [QUE BRIGUEM AS IDEIAS – Correio Braziliense](#)
- 📍 [ÚLTIMA TEMPORADA, EPISÓDIO FINAL – Valor Econômico](#)
- 📍 [PL ALEGA TER FEITO ACORDO E PLEITEIA COMANDO DA CCJ DA CÂMARA – Valor Econômico](#)
- 📍 [NÚMERO DE PEDIDOS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS DISPARA EM 2023 – Valor Econômico](#)
- 📍 [STF MANTÉM BOLETO ÚNICO PARA CONTA DE LUZ E COSIP – Valor Econômico](#)
- 📍 [REINF E AFINS: O MANICÔMIO TRIBUTÁRIO INSTALADO – Valor Econômico](#)
- 📍 [DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB](#)

**JORNAL – O POPULAR – 05.02.2024 – PÁG. 03**

**Precisamos rever o fundo eleitoral**

*Michel Magul*

O Brasil, em sua incessante busca pelo fortalecimento da democracia e defesa dos preceitos constitucionais, encara a urgência do aperfeiçoamento da reforma política recente que transcenda a superfície. Não uma mudança nos processos eleitorais, como alguns aventureiros andaram pregando recentemente. Mas chegou a hora de contemplar a estrutura interna dos partidos políticos, fundamentais para garantir a expressão plural da sociedade civil.



Atualmente, nos deparamos com a prevalência de uma dinâmica partidária que, muitas vezes, perpetua práticas arcaicas, análogas ao coronelismo e à familiocracia. A democracia interna da maioria dos partidos políticos brasileiros é relativa, quando ela existe, o que inibe o debate programático. Essa realidade é alimentada pelo fundo eleitoral. Sem regulamentação adequada, ele se transforma em uma fonte de financiamento pouco criteriosa para campanhas. O fundo, que contará com R\$ 4,9 bilhões para as eleições deste ano, é essencialmente um mecanismo para financiar o sistema democrático e garantir um maior equilíbrio na disputa eleitoral.

Foi criado com o intuito de reduzir a influência dos grandes grupos econômicos que financiavam candidaturas para defender seus interesses, seja nos parlamentos ou no Executivo, e assegurar maior controle sobre as verbas que bancam as campanhas políticas. O que, em tese, garantiria detentores de mandatos menos vinculados a interesses privados e, principalmente, reduziria a discrepância de condições entre candidatos numa mesma disputa.

Mas sem o devido controle dentro dos partidos quanto aos critérios de distribuição e utilização dos recursos, a igualdade de condições para os candidatos que disputam mandato legislativo segue uma meta distante. Pois como a maioria dos partidos não conta com uma democracia interna consistente, seus dirigentes ganharam o poder de escolher aqueles que vão ter mais chances de vencer as disputas. O preenchimento de cotas, como das mulheres nas chapas proporcionais, se dá quase sempre de maneira artificial. Novos nomes que poderiam oxigenar o sistema político dificilmente têm acesso aos recursos. O sistema atual, moldado pelos que já detêm o poder, serve para manter o status quo, perpetuando a ideia de que os partidos têm um preço ou um dono.

A realidade atual repete o que acontecia antes de 2018, quando o financiamento de empresas era a tônica das campanhas eleitorais. Canaliza investimentos naqueles que já possuem mandato, recursos e influência

político-partidária. Por isso, une governo e oposição. Foi aprovado em votação simbólica e na última sessão do ano legislativo, em 23 de dezembro de 2023. É a manutenção do poder por meio do financiamento público da campanha eleitoral. É evidente a necessidade de uma legislação que regulamente melhor o fundo eleitoral, garantindo transparência, responsabilidade e igualdade de oportunidades para todos os candidatos. Dinheiro público não pode ter dono.

## **JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 05.02.2024 – PÁG. A2**

### **Passos de Milei**

Câmara aprova pacote desidratado, mas governo não mostra clareza no curto prazo



Graças ao apoio da oposição de centro-direita, a Câmara da Argentina aprovou uma versão desidratada do megapacote proposto pelo governo de Javier Milei. A votação inicial se referiu ao projeto como um todo e ainda terá de ser confirmada ponto a ponto, além de ratificada pelo Senado. A maioria obtida, de 144 a 109, só foi possível após ampla negociação que reduziu o alcance das medidas. Restaram 386 dos 664 artigos da versão original maximalista, que buscava alterar no atacado as instituições econômicas e políticas do país, além de conceder poderes especiais ao presidente.

Na peça aprovada foram amputados itens importantes, como a permissão para alterar regras de reajuste das aposentadorias, que abriria espaço para correções por decreto abaixo da inflação, a alta de impostos sobre exportações e os capítulos que modificavam o imposto de renda e o sistema eleitoral. Também foi reduzido o espaço para privatizações, com a retirada de grandes empresas como a petroleira YPF. Parte da oposição disposta a negociar também pretende que cada venda de estatal seja autorizada pelo Congresso.

Quanto aos poderes especiais do presidente, foram descartadas as concessões relativas às áreas social e de defesa. O período também foi reduzido de dois anos para um. A vitória parcial do governo não deixa de ser relevante, mas decorre da boa vontade das forças políticas e de parte da população cansada da crise quase permanente.

Milei ainda oscila entre a disposição a negociar das últimas semanas e arroubos populistas contra o que chama de casta política. O mais preocupante é que não se consegue distinguir um plano para lidar com a crise mais imediata, que não dá sinais de arrefecimento. Mudanças de longo prazo são necessárias, mas cumpre lidar com a emergência cotidiana.

Com a eliminação de controles de preços e a desvalorização do câmbio oficial, a inflação acelerou para mais de 200% ao ano, gerando dramático impacto social. Não deve haver melhora tão cedo, uma vez que parcela expressiva do inevitável ajuste fiscal dependerá da combinação indigesta de mais impostos com contenção de aposentadorias e salários do funcionalismo, além da prometida redução gradual dos subsídios nas contas de luz e gás. A falta da clareza mostra um governo ainda tomando pé da situação, que não dá margem a erros.

### **Celular na mão não é jornalismo**

Novas tecnologias não devem servir de pretexto para desprezar a checagem de fatos, pilar da imprensa profissional

*Lygia Maria*

Em artigo sobre fake news, o pesquisador Marcos Palacios relata uma palestra de Ralph Pulitzer para alunos do curso de jornalismo da Universidade de Columbia — fundado em 1912 com o apoio de seu pai, Joseph Pulitzer, dono do jornal The World.



Ralph falou sobre a pressão terrível de trabalhar com 160 mil palavras escritas por 2.000 colaboradores, reduzidas para 60 mil por editores e impressas por 56 operadores de linotipos: "É desencorajadoramente grande a chance de imprecisões não deliberadas". Não à toa, em 1913, o The World criou um pioneiro setor de checagem. No começo do século 20, surgem os primeiros códigos deontológicos e manuais técnicos do jornalismo.

Se a chance de imprecisão já é grande na comunicação impressa, o que dizer naquelas em tempo real, como TV ao vivo e internet? O cuidado com a veracidade deve ser redobrado num ecossistema midiático acelerado que estimula cacofonia informacional, pressão pelo furo e guerra por clicks. A imprensa, porém, vem se deixando levar.

O recente fenômeno de apresentadores de telejornais que repassam em tempo real informações recebidas pelo celular, por exemplo, é um acinte ao método da checagem. Tal prática prejudica não apenas o público e o alvo das inverdades, como o próprio jornalismo, que recebe a pecha de fake news.

De modo geral, pesquisas apontam que esse conceito designa informação falsa fabricada de modo deliberado com formato e distribuição que emulam a imprensa profissional —ou seja, não há correlação com falhas técnicas de jornalistas.

Mas, nos últimos anos, o termo foi apropriado pela ideologia, na direita e na esquerda, para atacar notícias que criticam políticas de governo. Desprezar a verificação de fatos abre flanco para esse tipo de discurso.

Profissionais e veículos não podem ser ingênuos e embarcar cegamente na onda sedutora de novas tecnologias. A boa e velha checagem ainda é o pilar fundamental dessa atividade essencial à democracia.

## O Brasil é uma imagem invertida de Singapura

Democracia e corrupção numa encruzilhada

*Marcus André Melo*

No que se refere à corrupção e à democracia, o Brasil é uma imagem invertida de Singapura. À frente da Suécia e da Suíça, no ranking da Transparência Internacional (TI), Singapura é um dos países menos corruptos do mundo. Mas o país não é uma democracia; seu escore no Índice da Freedom House é idêntico ao de Moçambique e Gâmbia. O escore do Brasil é quase o dobro (44 vs 74, na média), mas a corrupção é alta.



A publicação do Relatório Geral da entidade gerou protestos. A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, atacou-a: "de transparente só tem o nome". O governo da Rússia também. O procurador-geral do país emitiu nota quando o relatório anual do ano passado foi divulgado: "a organização é uma ameaça à ordem constitucional e segurança da Federação Russa". Também Maduro já disparou contra a TI e disse que nenhum outro governo fez mais no combate a corrupção que o seu ou o de Chávez. A Venezuela lidera o ranking da corrupção na América Latina há anos.

Este contraste entre os dois países é contraintuitivo: em geral, assume-se que democracia e percepção baixa da corrupção caminham juntos. Quando há um processo de democratização, há mais exposição da corrupção e, portanto, há um aumento na corrupção percebida, mesmo que a corrupção real aumente, diminua ou permaneça a mesma. (veja um estudo clássico aqui)

Entretanto, no médio ou longo prazo, esperamos que ocorra um efeito dissuasório, pois, com a democracia, há mais transparência, menos impunidade e menos aceitação da corrupção. Se a democracia implica o fortalecimento do Estado de direito, esse efeito levará a um declínio da corrupção, pois os controles eficazes inibem a prática da corrupção.

Mas sim, a democracia (regra da maioria) e governo limpo (onde não há uso de recursos públicos para ganhos privados) podem estar separados. É o que ocorre no Brasil: a intolerância em relação a abusos autoritários e violação de direitos aumentou, enquanto a intolerância com a corrupção diminuiu. O que se observa não é prática direta da corrupção mas o enfraquecimento brutal de seu combate. A OCDE expressou preocupação neste sentido nos últimos anos. O risco é a volta para o equilíbrio secular anterior de impunidade atávica. O futuro está aberto.

Os tribunais superiores refletem esta tensão. O STF enfrentou uma escolha entre controlar abusos de um líder iliberal e apoiar a Lava Jato, como vinha fazendo (como mostrei aqui). Optou pela primeira. A escolha implica a impunidade de malfeitos. Mas a defesa da democracia pode chegar ao ponto de se utilizar meios não democráticos para defender a própria democracia. Uma espécie de tiranofobia seletiva: autoritários serão punidos e democratas corruptos tolerados.

**JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 05.02.2024 – PÁG. A3**

### **A PEC da ameaça**

Limita-se a Suprema Corte para afrontá-la, não para aprimorar a democracia

*Pedro Estevam Serrano / Rômulo Garzillo / Laura de Azevedo Marques*



O debate em torno da PEC 8/2021, que limita decisões individuais dos ministros do Supremo Tribunal Federal, tem sentido e carga histórica, mas seus motivos não são republicanos. Com a redemocratização, o STF viu seus poderes serem ampliados. De um tribunal amedrontado por ditaduras, tornou-se o regente das grandes decisões políticas do país, atuando como guardião da institucionalidade.

Essa mudança gerou debates entre juristas sobre os limites da corte e de sua interferência na política. De um lado, há quem afirme que o espaço natural para o exercício da democracia é o Legislativo, composto por representantes eleitos pelo povo. Do outro, defensores do Supremo defendem seu papel de filtro da constitucionalidade, sobretudo em um país marcado pela ditadura e violação de direitos. Ou seja, o debate em torno dos limites do STF é legítimo e salutar.

Porém, numa democracia, os motivos importam. Por vezes, importam mais que o próprio resultado de eventuais reformas. Mesmo positivas, decisões que impactam as instituições devem ser lastreadas por razões públicas. O mesmo raciocínio vale para a proposta de emenda à Constituição 08/2021, aprovada pelo Senado, e que estabelece limitações à corte.

O conteúdo da PEC é positivo. É importante que o Legislativo retome o locus da política. O avanço do Supremo no campo político preocupa juristas e cientistas políticos. O tribunal padece de disfuncionalidade há décadas: há exercício abusivo do poder de agenda, pedidos de vista para fins estratégicos, decisões fulanizadas, votos indecifráveis, vaidades afetadas e hermenêuticas criativas. Tudo isso faz o STF derreter sua imagem perante a sociedade, fragilizando sua legitimidade.

É, pois, desejável uma reação legislativa. Não há impeditivo para que o Congresso se manifeste após uma decisão do Supremo. Numa democracia, não há "última palavra": hoje o Congresso afirma; amanhã o STF modula; depois de amanhã o Congresso pondera. E o diálogo segue em rodadas deliberativas. Porém, as razões da PEC 08/2021, em que pesem corretas, são insalubres. Não são republicanas e não têm a finalidade de aprimorar o desenho institucional nem de fortalecer o diálogo entre os Poderes — muito menos reajustar o espaço político ocupado pela "ministocracia".

Seus reais motivos são de política com "p" minúsculo. Num país em que parte significativa da população repudia o STF, ameaçá-lo gera voto. Não só: inflama setores reacionários simpatizantes com a depredação física do tribunal no fatídico 8 de janeiro e demonstra a força do Senado para impichar ministros. Não à toa, o Senado Federal sinaliza outra intervenção na corte, já que a PEC que impõe mandato fixo aos ministros será colocada em pauta.

Além disso, as decisões que culminaram na retaliação por parte do Senado têm uma característica peculiar: não foram más decisões. Pelo contrário: a Casa se insurgiu contra decisões que fizeram avançar direitos fundamentais, missão precípua da corte, como é o caso do reconhecimento das uniões homoafetivas (ADI 4.277 e ADPF 132); da descriminalização do aborto (ADPF 442); da descriminalização do porte de maconha para uso próprio (RE 635.659); e da rejeição da tese do marco temporal (RE 1.017.365).

Ou seja, limita-se a Suprema Corte para afrontá-la, não para aprimorar a democracia. Os motivos não estão à altura de um ambicioso redesenho das instituições, ainda que tenham apelo popular. Democracias descontentam sob a égide das leis, tiranias apaixonam pelo arbítrio. Rebaixadas as razões, macula-se até mesmo boas ideias e possíveis bons resultados práticos.

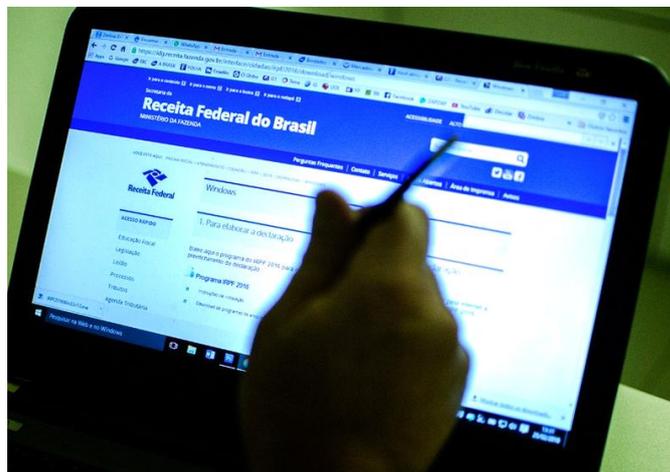
## **A equivocada conclusão da Receita sobre informações dos contribuintes**

Isenção dos dividendos não afeta o cálculo do imposto sobre a renda devido

*Elidie Palma Bifano*

A Secretaria da Receita Federal (RFB) tem o dever de, periodicamente, publicar dados referentes à distribuição da renda e da riqueza das pessoas físicas com base em informações por elas prestadas nas suas declarações de rendimentos, bem como o decorrente relatório sobre a distribuição da renda e da riqueza da população brasileira a partir de tais dados. O mais recente, publicado em fins de 2023, abrange os anos de 2021 e 2022. Sua leitura atenta, porém, evidencia alguns equívocos em suas conclusões.

De forma resumida, a partir de dados e elementos das declarações prestadas pelas pessoas físicas, as





## CLIPPING

DATA

05.02.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

8 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

autoridades concluíram que os contribuintes com maiores rendimentos têm a mesma alíquota efetiva de imposto sobre a renda que aqueles que têm menores rendimentos. A alíquota efetiva é um instrumento de medição do efetivo encargo tributário do contribuinte apurada a partir do valor total da renda auferida dividida pelo valor do imposto devido, irrelevante à alíquota nominal prevista em lei. A baixa alíquota efetiva dos contribuintes com maiores rendas decorreria, de acordo com a RFB, dentre outros elementos, da isenção de lucros e dividendos. Para se apurar a exatidão dessa afirmativa é essencial examinar as origens e fundamentos da isenção.

Até o ano de 1995, quando entrou em vigor o art. 10 da lei 9.249, a distribuição de dividendos era tributada na fonte. A "Exposição de Motivos" dessa lei esclarece que a isenção na distribuição e na declaração de rendimentos dos beneficiários tem por finalidade simplificar a apuração do imposto corporativo, reduzindo as vias de planejamento fiscal, integrando a tributação das pessoas físicas e jurídicas e, especialmente, afastando a tributação do mesmo lucro pela sociedade e pelo sócio.

Com esse propósito, majorou-se a alíquota do imposto corporativo, que passou a ser de 15% mais um adicional de 10% (lucro acima de R\$ 20 mil por mês), deixando o sócio de ser onerado. A "Exposição de Motivos" ainda afirma que a escolha fiscal estimula o investimento nas atividades produtivas. A época da edição da lei 9.249 coexistiam múltiplas alíquotas onerando a distribuição de lucros, e a sua uniformização foi um ganho para o fisco e para o contribuinte. Destaque-se, ainda, que à tributação dos dividendos na fonte associavam-se dois outros elementos preocupantes: 1 - a distribuição disfarçada de lucros, que permitia ao fisco enquadrar negócios sob tal condição, cabendo ao contribuinte o ônus de afastar tal presunção; e 2 - a dificuldade de compensar o imposto retido na fonte nas cadeias anteriores, o qual remanesce em balanço sem atualização.

Com a lei 9.249, o lucro é distribuído ao sócio após tributado na sociedade à razão de 34%, a saber: 25% pelo Imposto sobre a Renda e 9% pela Contribuição Social sobre o Lucro. Esses elementos são suficientes para demonstrar o quão destituída de fundamento é a afirmativa do fisco de que a isenção dos dividendos afeta o cálculo do imposto sobre a renda devido pelo contribuinte pessoa física, posto que todo o ônus tributário recaindo sobre o lucro corporativo já tributa indiretamente o investidor à razão de 34%. Para se modificar essa situação, o que é absolutamente destituído de razoabilidade, como se vê, a alíquota do imposto na distribuição deveria ser maximizada, para a pessoa física, assim abalando-se o equilíbrio trazido pela lei 9.249/95.

**JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 05.02.2024 – PÁG. A4**

**Lula descarta troca de Padilha e confronta Lira após pressão**

Presidente da Câmara eleva artilharia contra ministro, e governistas querem encontro dos dois para distensionar relação

*Thiago Resende / Victoria Azevedo*

O presidente Lula (PT) sinalizou a aliados que não pretende ceder à pressão do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), contra o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha (PT), que é o responsável pela articulação política do governo com o Congresso Nacional. Lira tem elevado o tom e avisou a interlocutores de Lula que, sem a troca de Padilha, a pauta do governo na Câmara não avançaria.

O calendário de 2024, ano eleitoral, impõe à articulação do Planalto um desafio maior diante da avaliação de que haverá menos tempo para a votação de matérias incluindo as de interesse do Executivo — tradicionalmente, o Legislativo fica esvaziado durante as eleições. A estratégia de auxiliares de Lula é deixar



a pior fase da tormenta passar e, nas próximas semanas, tentar costurar um encontro entre Lira e Padilha para que haja uma reaproximação. A ideia, por ora, é a de que o ministro deve ser mantido no cargo.

Integrantes do Palácio do Planalto não consideram que houve um rompimento entre o deputado alagoano e o ministro, apesar de reconhecerem que a relação não está boa. Lira indicou a aliados de Lula que o alvo da insatisfação é Padilha, não o governo. Por isso, governistas dizem que o presidente da Câmara não se negará a dialogar com outros ministros petistas, como Rui Costa (Casa Civil) e

Fernando Haddad (Fazenda), além do líder do governo na Casa, deputado José Guimarães (PT-CE), e do próprio presidente Lula.

Na quarta-feira (31), Rui e outros interlocutores do petista foram à residência oficial da presidência da Câmara, em Brasília. A artilharia de Lira se voltou novamente à articulação política do governo e pautas sensíveis, como o veto presidencial a R\$ 5,6 bilhões em emendas parlamentares em 2024, ano eleitoral. No Planalto, chegou o aviso de que Lira pretende se reunir com Lula nos próximos dias.

A expectativa de palacianos é que o deputado tente acertar o apoio do governo a quem ele escolher para ocupar a presidência da Câmara, cuja eleição é daqui um ano, e também preparar o terreno para a corrida eleitoral de 2026 — aliados dizem que Lira pleiteia a vaga de senador de Alagoas. Porém auxiliares de Lula dizem que Lira tem esticado a corda contra o governo (por exemplo, não foi ao evento Democracia Inabalada nem à posse de Ricardo Lewandowski no Ministério da Justiça).



## CLIPPING

DATA

05.02.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

10 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Isso, segundo esses membros do governo, pode abrir espaço para o petista estreitar relações com outros cardeais do Congresso, como o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e o vice-presidente da Câmara Marcos Pereira (Republicanos-SP). A base de Lira na Câmara se consolidou diante da expansão das emendas, principalmente durante o governo de Jair Bolsonaro (PL), o que ampliou o poder da cúpula do Congresso.

A divisão da verba entre os deputados passa por Lira. Mas, na gestão Lula, os líderes da Câmara e do Senado perderam gerência no processo de liberação e execução dos repasses, que passou a ser concentrado na pasta de Padilha. Auxiliares de Lula dizem acreditar que o presidente manterá Padilha no cargo e com as mesmas atribuições, pois ele é quem poderá mediar com o Congresso um modelo de gestão dessas emendas desejado pelo petista —em que o Palácio do Planalto dite o ritmo dos pagamentos e participe das negociações políticas.

Eles afirmam ainda que uma troca de Padilha neste momento sinalizaria um empoderamento maior de Lira, em detrimento a um enfraquecimento do próprio Executivo. Lula tem indicado a pessoas próximas que, na volta do recesso do Legislativo, pretende insistir em planos que desagradam à cúpula parlamentar, como voltar a ter maior controle sobre as emendas e que esses recursos possam ser direcionados ao Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), principal vitrine de Lula na área de infraestrutura.

O Palácio do Planalto avalia uma nova investida no Congresso para que deputados e senadores coloquem suas emendas em obras do PAC. Em troca, os projetos apadrinhados pelos parlamentares receberiam uma verba extra, bancada com recursos do governo federal. Uma oferta semelhante já foi apresentada no ano passado, e a maioria do Congresso rejeitou. Pouco das emendas foi destinado ao PAC, por escolha dos parlamentares. Ministros de Lula agora defendem que, quando os R\$ 5,6 bilhões vetados forem devolvidos à cota de emendas, o governo negocie para que o dinheiro entre no PAC, em projetos apadrinhados por deputados e senadores. Na quinta-feira (1º), a ministra do Planejamento, Simone Tebet (MDB), afirmou que é "provável" que o governo federal encaminhe ao Congresso perto do Carnaval um projeto para repor o corte de emendas de comissão.

Hoje existem três tipos de emendas: as individuais (a que todo deputado e senador tem direito), as de bancada (parlamentares de cada estado definem prioridades para a região) e as de comissão (definidas por integrantes dos colegiados do Congresso). O veto de Lula mirou as emendas de comissão. Líderes do Congresso admitem que as emendas de comissão vão funcionar como as extintas emendas de relator, que eram a principal moeda de troca nas negociações do governo Bolsonaro e do Legislativo. O mecanismo das emendas de relator, porém, foi derrubado pelo STF no fim de 2022.

O petista tentou retomar parte do poder sobre os recursos indicados por parlamentares. No ano passado, criou um modelo ainda mais obscuro, pois deputados e senadores tinham uma cota no orçamento de ministérios, que nem sequer era carimbada como emenda. O sistema, cujo objetivo era devolver ao Planalto (especificamente à pasta de Padilha) a relevância nessas negociações, foi rechaçado por Lira e outros integrantes da cúpula do Congresso. Lira tem reclamado que, no fim do ano passado, o governo deixou de executar emendas, cita mudanças nas regras no Ministério da Saúde na reta final de dezembro e lembra que ministros usaram verba que era de parlamentares. E culpa Padilha por esses descumprimentos de acordos. Mas integrantes do governo dizem que os pagamentos foram realizados em ritmo normal para o período.



**CLIPPING**

DATA  
05.02.2024

**BIBLIOTECA**

PÁGINA Nº  
11 de 28

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

**JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 05.02.2024 – PÁG. A7**

**Sem redesenho, Abin continuará à mercê de captura política**

*Camila Rocha*

A Abin se encontra novamente em meio a acusações de uso político para espionagem de desafetos. Ao final do governo de Michel Temer a agência adquiriu um software chamado FirstMile, que teria sido usado durante o governo Bolsonaro, de 2019 a 2021, para espionar ilegalmente adversários políticos. Na época, o órgão era chefiado por Alexandre Ramagem (PL-RJ), eleito deputado federal pelo mesmo partido de Jair Bolsonaro em 2022.



De acordo com investigação da PF (Polícia Federal), a agência teria monitorado jornalistas, funcionários e autoridades diversas. Na lista de monitorados estão o ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia, o atual ministro da Educação, Camilo Santana, e os ministros do STF Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes.

As informações colhidas ilegalmente seriam repassadas para um núcleo político ligado a Jair Bolsonaro, como seu filho, Carlos Bolsonaro, alvo da última operação da PF autorizada pelo STF. Até o momento, apenas Alessandro Moretti, da diretoria-adjunta da Abin, foi exonerado na terça-feira (30), por decisão de Lula. O PSOL já anunciou que deve entrar com um pedido de cassação do mandato de Alexandre Ramagem, cujo interrogatório está agendado para o dia 27 de fevereiro.

A Abin deveria ser uma agência de inteligência voltada à defesa nacional, de forma análoga à CIA nos Estados Unidos. No entanto, seu desenho institucional opaco, a falta de investimento e a parca fiscalização de suas atividades ampliam a possibilidade de captura política. Em 2002, a operação que apreendeu dinheiro vivo em uma empresa de Roseana Sarney, então pré-candidata pelo PFL à Presidência, teria contado com envolvimento de agentes da Abin. Seis anos depois, o então diretor do órgão, Paulo Lacerda, foi afastado após a agência ter sido acusada de grampear ilegalmente parlamentares e o ministro do STF Gilmar Mendes.

No caso específico da arapongagem bolsonarista, porém, a captura política da agência também se relaciona com o histórico que precedeu sua criação, como aponta a historiadora Priscila Carlos Brandão. Afinal, a Abin é herdeira do Sistema Nacional de Informações (SNI), criado logo após o golpe de 1964 a partir da compilação prévia de dossiês de indivíduos e grupos comunistas, ou cujas atividades fossem suspeitas de "subversão", que teriam totalizado cerca de 400 mil unidades, de acordo com o historiador Hernán Ramírez.

Desde a criação da Abin, em 1999, há uma acirrada disputa entre militares e civis por seu controle. No entanto, ainda que a agência esteja sob a supervisão de civis, tendo em vista tal histórico, enquanto não houver um desmonte completo das estruturas de perseguição vigentes na ditadura, militares, agentes e políticos bolsonaristas poderão ter acesso a informações sigilosas do governo, do Judiciário e da sociedade brasileira.

**JORNAL – O HOJE – 05.02.2024 – PÁG. 06**

**Comissão do Senado analisa projeto que extingue benefício para presos**

Aprovado pela Câmara dos Deputados em agosto de 2022, o texto aguarda deliberação da CSP desde março de 2023

*Vitória Bronzati*

A Comissão de Segurança Pública (CSP) do Senado Federal coloca em pauta, na próxima terça-feira (6), o polêmico projeto de lei que extingue a “saidinha”, como são conhecidas as saídas temporárias de presos do regime semiaberto. Aprovado pela Câmara dos Deputados em agosto de 2022, o texto aguarda deliberação da CSP desde março de 2023.

Concedida pela Justiça como forma de ressocialização e manutenção de vínculos familiares, a “saidinha” permite que presos que já cumpriram um sexto da pena (primários) ou um quarto (reincidentes) e apresentem



bom comportamento carcerário deixem a prisão temporariamente em datas comemorativas. Atualmente, a legislação não exige exame criminológico para a progressão de regime, nem menciona a necessidade de baixa periculosidade do preso.

O projeto aprovado na Câmara, no entanto, inclui essas medidas, além de determinar a utilização de tornozeleira eletrônica em três novas situações:

- Livramento condicional;
- Execução da pena nos regimes aberto e semiaberto;
- Restrição de direitos que proíbe a frequência a lugares específicos.

**Divergências no Senado**

Embora o projeto tenha sido aprovado pela Câmara com ampla maioria, o tema gera divergências no Senado. Uma ala da oposição busca destravar a tramitação do texto propondo alterações que restringem o benefício. Uma das alternativas prevê a permissão da “saidinha” apenas para detentos que trabalham ou estudam fora dos presídios, suspendendo a liberação em feriados e festas.

Outros senadores defendem a aplicação do benefício apenas aos presos do regime semiaberto, excluindo aqueles em regime aberto. O relator do projeto na CSP, senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), apresentou dois relatórios favoráveis à proposta, mas nenhum foi votado até o momento. Na próxima terça-feira, a expectativa é que ele apresente uma nova versão do relatório, abrindo caminho para a discussão e votação do projeto no Senado.

**JORNAL – DIÁRIO DA MANHÃ – 05.02.2024 – PÁG. 06**

**Liminar reforça segurança jurídica das licenças ambientais emitidas pela Prefeitura de Goiânia**

Decisão liminar do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás reforça entendimento do Ministério Público, OAB e STJ, suspende, até julgamento, a resolução do Conselho Estadual do Meio Ambiente, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que pretendia impedir licenças no âmbito do município

A Prefeitura de Goiânia, por meio da Agência Municipal do Meio Ambiente (Amma), recebeu um reforço no entendimento jurídico de que é inconstitucional a tentativa de impedimento da resolução do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CEMAM), da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), que impedia o licenciamento ambiental local por parte da Amma.



Em decisão liminar proferida na sexta-feira (2/2), o desembargador William Costa Mello do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) acatou, em caráter liminar, o entendimento da Amma, que entrou com um mandado de segurança para garantir a emissão de licenças no município. "Se mostra completamente ilegal, em especial porque ao Estado não é deferida competência constitucional para condicionar a atuação dos municípios no exercício das atribuições de licenciamento ambiental de atividades de impacto local", reforça a decisão.

De acordo com o Mandado de Segurança, o município constitui ente federado autônomo e independente, conforme art. 1º e art. 18 da Constituição Federal, "possuindo dever concorrente de garantir a existência de meio ambiente ecologicamente equilibrado (art. 225 da CF), mediante o exercício de seu poder de polícia, de forma comum com os demais entes federados (art. 23 da CF)".

Diante do entendimento, já manifestado anteriormente pela Amma, os processos de licenciamento são abertos, analisados e fiscalizados pela Amma com regularidade. Além disso, o protocolo para abertura de novos processos permaneceu aberto, normalmente, desde que foi proferida a decisão do CEMAM em dezembro. "A legislação é clara. Compete ao município", explica Luan Alves, presidente da Amma.

**JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 05.02.2024 – PÁG. POLÍTICA**

**Por uma reforma penal eficaz**

*Aline Brito*



Embora a sensação de impunidade comentada pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), seja alvo de críticas por parte da população, que pede por um endurecimento das penas, esse pode ser um método que não reflita em efeitos significativos quando o assunto é combate ao crime organizado.

“É utópico acreditar em uma solução simples para um problema tão complexo, como o aumento da criminalidade no Brasil, e o discurso sobre a reformulação do Código Penal para o endurecimento das penas revela-se vazio e gerador de uma falsa sensação de segurança à sociedade”, alegou o Renan

Scapinele Deróbio, professor de Direito Penal e Processual Penal.

Para o criminalista, o endurecimento da legislação promove uma sobrecarga no sistema prisional, que não consegue ressocializar os presos e acaba se convertendo em locais de fortalecimento das facções criminosas. “Se sanções mais rígidas fossem resolver nosso problema, os índices certamente teriam diminuído após a promulgação das Leis de Crimes Hediondos e de Drogas, mas o que se viu foi tão somente o aumento do encarceramento. O Brasil ocupa atualmente o 3º lugar no ranking de países que mais encarceram”, destacou.

“Não é novidade que o nosso sistema carcerário é incapaz de ressocializar e se apresenta como um antro fértil para que organizações criminosas arrebanhem mais membros e façam cada vez mais frente às políticas criminais deficientes. Antes de o Estado punir severamente, tem a responsabilidade de propor outras medidas para contornar esse impasse, e sabemos quais são: educação, alimentação, saúde, trabalho, entre outros. Infelizmente, isso implica custos elevados e não gera resultados imediatos àqueles que visam o próximo mandato, então, é preferível oferecer uma segurança rápida e superficial”, criticou Deróbio.

Estudos científicos comprovam que leis mais rígidas não são ineficazes. Nesse caso, a estratégia mais eficaz seria buscar formas de garantir que a legislação atual seja cumprida em sua integridade, promovendo uma certeza de punição. “O aumento de pena é sempre um método falho, já demonstrado cientificamente por meio de pesquisas da área de criminologia. Na verdade, o endurecimento penal não tem efeito dissuasivo no comportamento criminoso, na verdade, a certeza de punição, mesmo que com penas mais brandas, tem um efeito dissuasivo muito maior em relação à prática de crimes. Então não adianta aumentar as penas quando a gente está tratando de pessoas que não estão contando com a certeza de punição”, apontou a coordenadora do Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos (Geni), Carolina Grillo

**JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 05.02.2024 – PÁG. BRASIL**

**Saúde inicia distribuição de vacina da dengue**

Notificações da doença podem passar de 4 milhões em 2024. Entrega do imunizante será realizada pelos estados e municípios, que deverão criar estratégias de vacinação de acordo com suas necessidades

*Fernanda Strickland*

O Ministério da Saúde inicia, nesta semana, a distribuição da vacina contra a dengue na rede pública de saúde. Para esta fase do programa, foram selecionados devido à alta incidência da doença, 521 municípios do país. Somente em janeiro, foram registradas no país 243,7 mil notificações — 3,7 vezes a mais em comparação ao mesmo período de 2023.



Segundo estimativas da Saúde, 2024 deve registrar 1.960.460 casos de dengue em todo país. Essa previsão, porém, pode variar de 1.462.310 até 4.225.885 de notificações. Por isso, a via mais correta para evitar a epidemia é a vacina.

As três primeiras semanas do ano apresentaram crescimento constante de casos da doença. Entre os dias 21 a 27 de janeiro, houve uma queda de quase 30% em relação à semana imediatamente anterior, segundo dados da pasta. Considerando apenas os laboratórios particulares de medicina diagnóstica, a demanda por testes de dengue aumentou 21% e a incidência de positividade manteve-se na casa dos 25%, mostra levantamento da Associação Brasileira de Medicina Diagnóstica (Abramed), a associação que representa o setor.

**Vacina**

No sábado, a ministra da Saúde, Nísia Trindade, anunciou uma iniciativa conjunta do Instituto Butantan com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para intensificar a oferta de vacinas contra a dengue. O objetivo da ação é agilizar a análise de novos imunizantes em produção. Atualmente, a vacina disponível no país é a QDenga, desenvolvida pelo laboratório japonês Takeda.

Ontem, por meio das redes sociais, a chefe da pasta rebateu as notícias falsas sobre uma suposta demora na aquisição dos imunizantes. “Segundo a fake news da vez, demoramos a adquirir a vacina da dengue. Não. O Brasil é o primeiro país a oferecê-la na rede pública e adquirimos todas as doses disponíveis com a fabricante, maior aquisição no mundo”, escreveu. Nísia Trindade ressaltou que apesar de as vacinas ainda serem poucas, a parceria entre o Butantan e a Fiocruz busca melhorar a demanda das vacinas. “Até lá, vamos



## CLIPPING

DATA

05.02.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

16 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

todos prevenir os focos do mosquito e nos cuidar para um atendimento de emergência em caso de sintomas”, afirmou.

“Mesmo com essas aquisições, o número de doses hoje é insuficiente para toda a população. Por isso, vamos priorizar crianças de 10 a 14 anos nos municípios e regiões de saúde de maior risco. A vacinação começará ainda neste mês de fevereiro”, completou.

A médica infectologista Joana D’arc Gonçalves ressalta que o Brasil tem um histórico de epidemias de dengue, que deixaram milhares de doentes, óbitos, além da sobrecarga dos serviços de saúde, com prejuízo econômico e social. “Como não tem um tratamento eficaz contra o vírus, pois o combate vetorial é complexo, ter uma vacina representa uma ferramenta mais potente e valiosa no combate à doença”, apontou.

“A vacina Qdenga tem uma eficácia de 81%, após 30 dias da primeira dose, o que poderia justificar o uso nesse momento de aumento de número de casos. Mas a proteção de médio e longo prazo apenas foi demonstrada com esquema preconizado de duas doses com intervalo de três meses”, explicou a especialista.

### **Entrega**

A distribuição da vacina será realizada pelos estados e municípios, que deverão criar estratégias de vacinação de acordo com as suas necessidades. As doses serão aplicadas em duas etapas, com intervalo de seis meses entre cada uma. Os municípios que não foram selecionados para esta primeira fase do programa poderão solicitar a vacina ao Ministério da Saúde. A entrega será feita de acordo com a disponibilidade do estoque.

Na primeira etapa do programa, o governo adquiriu 1,4 milhão de doses da vacina da Takeda para atender crianças de 10 a 14 anos, público mais atingido atualmente pela doença. Como cada paciente precisa tomar duas doses, serão cerca de 700 mil beneficiados. Há uma demanda mundial pelo imunizante, pois a doença está se alastrando globalmente.

O Brasil é o primeiro país a disponibilizar vacinas contra a dengue no sistema público de saúde. Com o suporte do Ministério da Saúde, a Fiocruz vai somar esforços para aumentar a produção da vacina da Takeda, oferecida em duas doses à população. O órgão adquiriu 6,5 milhões de doses para 2024 e 9 milhões para 2025.

**JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 05.02.2024 – PÁG. OPINIÃO**

**Que briguem as ideias**



Já um político experiente e experimentado, o ex-presidente Tancredo Neves (1910-1985), diante de um impasse, costumava aconselhar os seus colegas com uma frase que se tornou um bordão da moderação: “Não são os homens, mas as ideias que brigam”. Apesar de curta, a sentença carrega uma lição gigantesca de moderação, bom senso e equilíbrio, aspectos fundamentais na política.

Afinal de contas, a disputa de propostas, de pontos de vista e de opiniões é absolutamente necessária em uma sociedade democrática e plural, e o amplo acesso ao contraditório é pilar óbvio de um debate justo. Mas isso não pode interditar a busca por um meio-termo razoável, tendendo ao equilíbrio, não importando o assunto. Ou seja: os homens públicos, independentemente de qual cargo ocupem, podem – e devem – discordar entre si quanto a propostas, visões de mundo e meios de se chegar a um objetivo, mas não devem jamais entrar em conflitos pessoais.

Apesar de datar de mais de meio século, o ensinamento de Tancredo não estava sendo absorvido e respeitado pela classe política recentemente. Talvez por isso, causou polêmica quando foi aplicado na última sexta-feira, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), durante um evento que contou com a presença do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), no porto de Santos. No aniversário de 132 anos do entreposto comercial, os dois decidiram fazer, em conjunto, o anúncio de um investimento em parceria entre os governos federal e estadual para a construção de um túnel ligando Santos e Guarujá, promessa antiga de várias gestões e que nunca saiu do papel. Porém, assim que subiu ao púlpito, o governador paulista foi recebido com aplausos tímidos e uma sonora vaia, já que boa parte da plateia era formada por apoiadores do petista.

Foi o que bastou para que o presidente passasse um pito nos próprios seguidores. Lula repreendeu o público, criticou as vaias ao governador e defendeu que Tarcísio, pelo cargo que ocupa, merece ser tratado com muito respeito. Garantiu ainda que ele terá todo apoio do governo federal, já que comanda o estado mais importante da Federação, e concluiu dizendo que o evento se tratava de um retorno do país à normalidade. “Normalidade é a gente respeitar o direito à diferença”, finalizou Lula, diante de um Tarcísio visivelmente satisfeito, e em uma evidente interpretação do ensinamento de Tancredo. Ou seja, apesar das divergências, ambos se respeitam e pretendem, cada um ao seu modo, trabalhar por melhorias.

No que se pese a preferência política por um ou outro, é um alívio constatar que o país vai, aos poucos, retomando uma certa harmonia entre governantes, com atitudes republicanas e estadistas, marcadas pelo respeito entre os cargos e à liturgia. Afinal, o ensinamento de Tancredo de que oposição é uma coisa e criar

inimigos e dificultar o andamento do país e das políticas públicas é outra, andava esquecido nos últimos anos. Tomados por um baixíssimo nível de debate, políticos de todas as classes estavam mais preocupados com ataques pessoais e brigas selvagens do que com a discussão de ideias, projetos e objetivos para melhoria do país.

É possível que o espanto que a situação causou seja reflexo da divisão política e ideológica profunda que o país ainda atravessa. Mas a atitude do presidente e do governador deixam claro que ainda há espaço para um caminho que deixe a briga entre os homens de lado e promova, tão somente, a briga de ideias. Assim, com respeito à divergência, ganham todos —principalmente a democracia.

**JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 05.02.2024 – PÁG. A6**

### **Última temporada, episódio final**

Cassação de Moro e suspensão de multas são fim melancólico da maior operação contra a corrupção da história

*Bruno Carazza*

Surpresa e suspense são dois ingredientes fundamentais para o sucesso de qualquer filme. A capacidade de fisgar o espectador guarda uma relação direta com a quantidade de reviravoltas na história e a expectativa sobre quem será a próxima vítima ou qual o destino dos principais personagens. Iniciada há uma década, a Operação Lava-Jato explorou com maestria esses dois componentes para, ao mesmo tempo, angariar o apoio da opinião pública e maximizar os resultados das suas investigações.



A sinopse era atraente: Implacáveis delegados da Polícia Federal e procuradores do Ministério Público Federal, seguindo o caminho do dinheiro, foram desvendando uma teia de relacionamentos entre empreiteiros, políticos e doleiros que lesavam os cofres públicos em bilhões de reais. Um juiz frio e calculista não se dobrava à pressão de poderosos e expedia mandados de busca e apreensão, prisões temporárias e condenações num ritmo frenético, limpando a política brasileira da corrupção.

Como episódios de uma série eletrizante, cada fase da Operação trazia novos personagens para a trama e elementos inéditos para os processos. Poderosos dormiam sobressaltados com a possibilidade de serem acordados pelos agentes da PF, enquanto o medo de passar anos na cadeia levou dezenas de investigados a procurarem os integrantes da força-tarefa para firmar acordos de delação premiada.

Durante anos, a população brasileira acompanhou atônita, em tempo real, os novos desdobramentos da operação, vibrando com o espetáculo inédito de assistir a políticos e executivos vendo o sol nascer quadrado



## CLIPPING

DATA

05.02.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

19 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

devido a desvios de dinheiro público. A política entrou em parafuso. A cada leva de delações, novos figurões eram envolvidos, sem distinção de partido: PT, PMDB, PP, DEM, PSDB, Republicanos, PCdoB, PSB... O presidente da Câmara aceita um pedido de impeachment contra a presidente da República, mas é afastado do cargo pelo Supremo antes do fim do julgamento. O vice-presidente assume o governo, e meses depois é grampeado por um empresário fazendo pedidos suspeitos, deflagrando uma nova crise. Haja criatividade para esse roteirista!

Tornando a história ainda mais incrível, uma tragédia inesperada: no meio do processo, o relator morre num desastre aéreo. Atentado ou acidente? Houve também lances de humor, como na revelação dos apelidos usados pelo “Departamento da Propina” da construtora Odebrecht para políticos: Boca Mole, Decrépito, Esquálido, Misericórdia, Nervosinho, e por aí vai.

O drama da Lava-Jato e das operações que dela derivaram se arrastou por várias temporadas, e muita gente acreditou que, pela primeira vez, o desfecho seria diferente. Os números falavam por si: no fim de seu quinto ano, haviam sido firmados 183 termos de colaboração premiada, 12 acordos de leniência com empresas, 155 pessoas haviam sido condenadas e R\$ 13 bilhões foram recuperados até então. Mas, como é bem comum nas produções cinematográficas, a Lava-Jato se tornou refém do próprio sucesso. Celebrados como heróis nacionais, os protagonistas da operação se perderam nos personagens que criaram para si mesmos.

Ao pedir exoneração como juiz federal e deixar o comando dos processos da 13ª Vara em Curitiba para se tornar ministro da Justiça de Jair Bolsonaro, Sergio Moro perdeu o controle da narrativa. Ao se aliar a um dos lados da polarização política, o ex-juiz deu razão àqueles que sempre desconfiaram de seus verdadeiros propósitos. Para parte da população, a entrada de Moro no governo Bolsonaro deixava claro que todo aquele circo foi armado com um único propósito: tirar o PT do poder e prender Lula.

E aí tivemos o maior “plot twist” da história. Pela ação de um hacker, dezenas de terabytes de mensagens privadas trocadas entre os integrantes da força-tarefa e o então juiz Moro foram vazadas para o canal Intercept Brasil. Como num spin-off da saga principal, foi a vez de o país parar para acompanhar, durante semanas, as trocas de mensagens que denunciavam a falta de isenção de investigadores e julgador, dando munição aos críticos de seus métodos e propósitos. Heróis tornaram-se vilões, e a história tomou rumo completamente diferente. Personagens mudaram de lado e de destino: ministros do Supremo que ratificavam todas as decisões de Moro assumiram o papel de garantistas, condenações foram desfeitas, o advogado de defesa de Lula acabou nomeado para o STF e as multas bilionárias aplicadas às empresas começam a ser suspensas e anuladas.

Como numa série que perde audiência de tão inverossímeis que são suas reviravoltas, a história da Lava-Jato se arrasta para um final melancólico. Vítima de sua desmedida ambição, Moro caminha para a cassação de seu mandato de senador, tal qual seu antigo parceiro Deltan Dallagnol. Políticos e executivos comemoram um final feliz, com o STF declarando que toda aquela corrupção não passou de ficção. Sem nenhum legado institucional, tudo o que foi revelado pela Lava-Jato e pela Vaza-Jato terminou reduzido a mero entretenimento, a um espetáculo político que mantém há dez anos o país dividido em dois lados, cada qual considerando como ídolos aqueles que, no outro polo, são tidos como bandidos de estimação.

**JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 05.02.2024 – PÁG. A8**

**PL alega ter feito acordo e pleiteia comando da CCJ da Câmara**

Polarização e verbas das emendas de comissão aumentam tradicional disputa pela presidência dos colegiados

*Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto*



A polarização política e o interesse pelas verbas das emendas de comissão ampliaram neste ano as já tradicionais disputas pelas presidências dos colegiados temáticos da Câmara dos Deputados. Como resultado, a Casa retoma os trabalhos nesta segunda-feira (5) com diversas indefinições sobre quem comandará comissões estratégicas.

Principal colegiado da Casa, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) é alvo de cobiça de alguns partidos, principalmente do PL, que pretende emplacar a deputada Caroline de Toni (SC) como presidente da comissão. O PT, porém, quer evitar que a aliada do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) assuma o posto. A avaliação dos petistas é que a entrada dela no lugar de Rui Falcão (PT-SP), presidente da CCJ no primeiro ano do governo Lula, poderia “endireitar” a pauta da colegiado - agenda de costumes, projetos armamentistas e propostas que busquem limitar as prerrogativas do Supremo Tribunal Federal (STF) estariam no cardápio de opções.

No ano passado, o PL chegou a pleitear a presidência da comissão, mas abriu mão em troca da composição que reelegeu Arthur Lira (PP-AL) no comando da Casa e para ficar com a relatoria do Orçamento de 2024. Agora, porém, integrantes do partido de Valdemar Costa Neto (PL) afirmam que o acordo construído em 2023 garante o comando da CCJ ao PL. A interlocutores, Lira sinalizou que desconhece o acordo e pontuou que a distribuição dos colegiados, inclusive da CCJ, dependerá de uma costura com líderes partidários, que ainda não tem data para acontecer. A expectativa é que uma primeira conversa sobre o tema já aconteça nesta semana. Diante das versões conflitantes, o MDB e o União Brasil também já indicaram ter interesse na comissão.

*Lira diz que distribuição das comissões depende de costura com líderes partidários*

Ao Valor, Caroline afirmou que o próprio Costa Neto tem defendido o nome dela para presidir a CCJ e destacou que o natural é que os acordos sejam respeitados e, portanto, o PL fique com a principal cadeira do colegiado. “Para mim está obscuro, mas o próprio Valdemar me disse que o acordo prevê que o PL fique com o comando da comissão. E ele mesmo diz que eu serei o nome do partido para essa função”, destacou a deputada catarinense.

Por outro lado, o líder do MDB na Câmara, Isnaldo Bulhões (AL), alega não ter participado de nenhum acordo para garantir o comando da CCJ ao PL no segundo ano do governo petista. “Participei do acordo que



## CLIPPING

DATA

05.02.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

21 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

previa o revezamento nas principais comissões e em relatorias do orçamento entre os partidos do nosso bloco.” Nos bastidores, lideranças do PL apontam que “forçarão a mão” para garantir que os compromissos feitos sejam entregues e indicam que eventuais resistências - classificam como traições - servirão apenas “para procrastinar a instalação das comissões e a funcionalidade da Câmara”.

Além do desejo tradicional pelas comissões mais relevantes, outro fator que fomenta a disputa entre as siglas é o orçamento super turbinado dos colegiados. Agora, elas serão responsáveis por pelo menos R\$ 11 bilhões em verbas do Orçamento da União por meio das “emendas de comissão”. O combinado é que Lira e os líderes indicarão para onde vão os recursos, mas quem assinará os ofícios serão os presidentes de cada colegiado. Por isso, deve haver maior disputa em torno desses cargos.

Historicamente, as comissões são instaladas apenas em março após uma série de reuniões entre o presidente da Casa e os líderes partidários. A disputa pela CCJ e o orçamento turbinado que caberá às comissões deve ampliar as tensões e tem potencial para estender esse calendário. A expectativa é que Lira faça uma primeira reunião com lideranças partidárias nessa terça-feira para tratar das insatisfações dos parlamentares com o Executivo. Nesse mesmo encontro, deve iniciar as tratativas sobre a distribuição das comissões entre os partidos. Há pressa para se chegar ao desenho final dos colegiados por ser ano eleitoral, o que faz com que os trabalhos no Congresso fiquem praticamente paralisados entre agosto e outubro.

### **JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 05.02.2024 – PÁG. E1**

#### **Número de pedidos de recuperação judicial de empresas dispara em 2023**

É o quarto índice mais alto registrado pela Serasa Experian desde o ano de 2005

*Arthur Rosa e Marcela Villar*

O número de recuperações judiciais no país não para de crescer. O ano de 2023 terminou com 4.045 empresas efetivamente em processo de reestruturação, índice considerado alto por especialistas, e um recorde no volume de pedidos. Foram registrados 1.405 ao longo do ano, um aumento de quase 70% em relação a 2022. É o quarto índice mais alto de pedidos registrado pela Serasa Experian desde o início da série histórica, em 2005, e o maior volume desde 2020 - mesmo patamar alcançado nos anos de 2012, 2018 e 2019. Micro e pequenas empresas lideraram a procura (939 delas). E um total de 135 grandes companhias recorreram ao Judiciário.

“Foi um surpreendente aumento no índice de recuperações judiciais no Brasil, consequência do crescimento da inadimplência, que bateu recorde histórico no ano passado”, diz o economista Luiz Rabi, da Serasa Experian, destacando que, em outubro (último dado disponível sobre inadimplência), eram 6,6 milhões de empresas no vermelho. As dívidas somavam R\$ 125,8 bilhões.

Hoje, duas a cada mil empresas em atividade estão em recuperação judicial - tendo como base 2,19 milhões de matrizes de pequeno, médio e grande portes. Os dados são do Monitor RGF de Recuperação Judicial, desenvolvido pela consultoria RGF & Associados, que não incluem microempresas. O número de companhias em processos de reestruturação - considerando entradas e saídas - aumentou em 173 no quarto

trimestre do ano, saindo de 3.872 para 4.045. O estoque, no fim do primeiro semestre, estava em 3.823 processos e esse número já era considerado bastante alto pelo sócio da RGF, Rodrigo Gallegos, e pela consultora Roberta Gonzaga.

Os maiores índices de recuperação judicial, de acordo com o Monitor RGF, estão nos setores de cultivo de cana-de-açúcar, construção de rodovias e ferrovias, fabricação de laticínios, de transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal e de fabricação de máquinas e equipamentos para agricultura e pecuária, exceto para irrigação - com base na Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE). O aumento no número de empresas em recuperação ocorreu porque a quantidade de novos processos foi maior do que a de processos encerrados. No quarto trimestre, 357 empresas entraram em recuperação, mais que o dobro da quantidade no terceiro trimestre do ano. E 184 saíram - 110 delas retornaram à operação normal.

Um conjunto de fatores explica esse crescimento. Mas o que mais pesa, de acordo com Rodrigo Gallegos e Roberta Gonzaga, da RGF, é a alta taxa de juros. As empresas se alavancaram com a oferta de crédito quando os juros estavam baixos. Durante a pandemia, em 2020, a Selic esteve em 2%. Agora, em meio a quedas, está em 11,25%

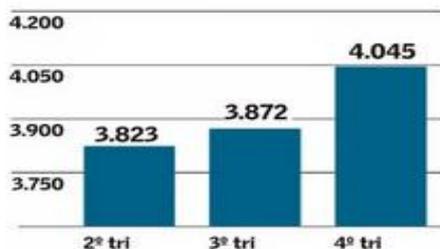
“As empresas ainda estão muito estranguladas com o custo da dívida”, diz Gallegos. Ele lembra que hoje, ao contrário do período de pandemia, não existe mais tanta margem para negociação. Naquela época, os credores estavam mais benevolentes - concedendo prazos de carência e permitindo o alongamento da dívida.

Essa explosão em 2023, afirmam especialistas, é, em parte, fruto de uma demanda reprimida da pandemia da covid-19. “A crise que estava acontecendo foi sendo adiada. Muitos bancos renegociaram prazos e estavam repactuando as dívidas das empresas, mas não estava se resolvendo o problema fundamental: o de alto endividamento”, diz o advogado Oreste Laspro, professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) e sócio da Laspro Consultores, uma das bancas pioneiras em administração judicial no Brasil.

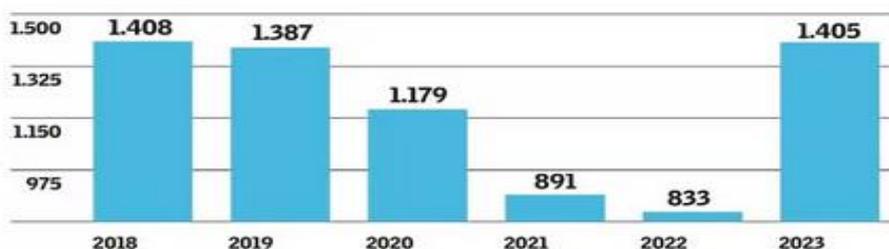
## Recuperações em alta

Número de pedidos e de processos em andamento

Volume de processos



Volume de pedidos



Fonte: Índice RGF de Recuperação Judicial (IRJ-RGF) e Serasa Experian

Laspro foi nomeado administrador judicial da SouthRock Capital - dona de várias redes de restaurantes como Starbucks, TGI Fridays e Subway -, que entrou em recuperação judicial em 2023. O pedido foi feito em 31 de outubro, mas só foi aceito mais de um mês depois, no dia 12 de dezembro (processo nº 1153819-28.2023.8.26.0100).

Um dos maiores e mais polêmicos processos do ano foi o da 123milhas. A companhia bateu à porta do Judiciário, no mês de agosto, com mais de R\$ 2 bilhões em dívidas e cerca de 700 mil credores para

negociar - a maioria pessoas físicas (processo nº 5194147-26.2023.8.13.0024). Na lista do ano ainda consta a M.Officer, do setor de vestuário. As dívidas da empresa são da ordem de R\$ 53,5 milhões, fruto de uma queda de 91% das vendas durante a pandemia da covid-19, segundo informou nos autos. Aspectos concorrenciais pela “entrada dos gigantes players asiáticos no cenário nacional” e dificuldade no acesso a crédito com bancos também influenciaram (processo nº 1123916-45.2023.8.26.0100).

Esse cenário afetou de forma mais aguda o setor de serviços e as micro e pequenas empresas. “Elas ficam mais sufocadas por conta do mecanismo do negócio. Com qualquer grande oscilação, dificuldade e, ainda mais em um cenário de incerteza econômica, elas não conseguem ter estrutura organizacional e fôlego para renegociar”, afirma Samantha Longo, sócia do Bichara Advogados e integrante do Fórum Nacional de Recuperação Empresarial e Falências (Fonaref) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O aumento da demanda foi percebido no dia a dia dos escritórios, como no Thomaz Bastos, Waisberg, Kurzweil Advogados. “Foi um ano bastante agitado, com uma procura muito maior que nos últimos cinco anos, desde exame de possíveis medidas a protocolar os processos”, afirma o advogado Ivo Waisberg, sócio da banca. Ele atua em uma das maiores recuperações, a da Americanas, cuja dívida é de R\$ 42,5 bilhões (processo nº 0803087-20.2023.8.19.0001), como representante do Bradesco, e também nos processos da SouthRock Capital e da 123milhas.

Embora os sinais de melhoria, como a queda da inflação e das taxas de juros, tenham começado a surgir, a reação no cenário de recuperação judicial é mais lenta e a tendência de alta deve ser manter pelo menos durante este primeiro semestre. “A economia está melhorando, mas a recuperação das empresas não acompanha no mesmo ritmo, acaba tendo um efeito retardatório, então o número de pedidos ainda deve aumentar, pelo menos, durante o primeiro semestre”, diz a advogada Juliana Bumachar, sócia do escritório Bumachar Advogados Associados.

### **STF mantém boleto único para conta de luz e Cosip**

Ministério Público questiona a prática porque forçaria o consumidor a pagar todo o montante de uma vez ou correria o risco de ter a energia cortada

*Adriana Aguiar*

Municípios e concessionárias têm obtido decisões no Supremo Tribunal Federal (STF) para manter a cobrança mensal de energia elétrica no mesmo boleto de pagamento da Contribuição de Custeio do Serviço de Iluminação Pública (Cosip). A prática é questionada porque forçaria o consumidor a pagar todo o montante, correndo o risco de sofrer corte de luz em caso de inadimplência.

Já existem decisões da 1ª Turma e monocráticas (de apenas um ministro) proferidas por André Mendonça, Luís Roberto Barroso, Luiz Fux e Alexandre de Moraes. A discussão começou depois que o Supremo, em 2009, decidiu, em repercussão geral (Tema 44), pela constitucionalidade da





## CLIPPING

DATA  
05.02.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº  
24 de 28

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

Cosip. A cobrança da contribuição está prevista no artigo 149- A da Constituição Federal, desde o ano de 2002.

Após o julgamento, o Ministério Público Federal (MPF) passou a ajuizar ações civis públicas contra municípios pedindo contas separadas ou código de barras diferentes para a cobrança da contribuição e da conta de luz. Por ora, a tendência do Supremo tem sido em dar razão aos municípios e concessionárias, segundo o advogado Gustavo Treistman, sócio da área tributária do Veirano Advogados. Ele afirma que esse tem sido o posicionamento da 1ª Turma, dos ministros que a compõem e, recentemente, houve a primeira manifestação de um integrante da 2ª Turma, o ministro André Mendonça, no mesmo sentido.

Em decisão do fim de janeiro (RE 1392260), o ministro André Mendonça afastou a obrigação da Light, concessionária de energia elétrica no Estado do Rio de Janeiro, de separar a cobrança do consumo mensal de energia elétrica e da iluminação pública em Queimados (RJ). No caso, a Light recorreu de decisão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), com sede no Rio de Janeiro, que acolhia o pedido do Ministério Público. O TRF considerava a cobrança em conjunto “abusiva”, pois o não pagamento da Cosip acarretaria o corte do fornecimento de energia.

A decisão, portanto, obrigava a Light a emitir as faturas dos consumidores do município com dois códigos de barra e determinava à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) orientar as concessionárias a emitirem faturas individualizando os valores referentes ao consumo e ao tributo. A Light, o município de Queimados e a Aneel recorreram. Alegaram que o pagamento de tributos não é facultativo e que o artigo 149-A da Constituição admite a cobrança da Cosip de pessoas físicas e jurídicas em conjunto com a conta de energia.

Ao reformar a decisão, o ministro André Mendonça afirmou que o entendimento do TRF-2 contraria a orientação do STF, que já admitiu a constitucionalidade da criação, por lei municipal, de contribuição para custeio da iluminação pública e a cobrança na fatura de consumo de energia elétrica. Mendonça ainda mencionou decisões semelhantes de seus colegas de Corte. Uma delas foi a favor do município de Rio Claro (SP) e da Neoenergia Elektro, em novembro de 2021, proferida pelo ministro Luís Roberto Barroso e, depois, confirmada pela 1ª Turma (RE 1.354.210/SP).

De acordo com o advogado Gustavo Treistman, que assessora a Light, esse posicionamento do Supremo está correto. “Colocar na fatura códigos de barras separados pode aumentar a inadimplência, o que pode interferir no orçamento dos municípios para fazer a manutenção de postes de luz e investir na iluminação em vias mais escuras”, diz. Para ele, a consequência é que poderiam aumentar casos de violência e criminalidade.

Segundo o advogado Tiago Conde, sócio do Sacha Calmon Misabel Derzi Advogados, as decisões do Supremo reafirmam a jurisprudência já firmada sobre a constitucionalidade da Cosip. “Além do que essa separação em dois boletos ou dois códigos de barra só trariam mais burocracia, violaria o princípio da praticidade tributária”, afirma. Procurado pelo Valor, o Ministério Público Federal informou, por nota, que “apresentou agravo regimental na decisão do STF [de André Mendonça]”.

**JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 05.02.2024 – PÁG. E2**

**Reinf e afins: o manicômio tributário instalado**

O modelo focado unicamente no aumento da arrecadação de nosso sistema fiscal exige cada vez mais do contribuinte

*José Maria Chapina Alcazar*



Em 1989, o jurista Alfredo Augusto Becker cunhou a expressão “carnaval tributário” para refletir sobre os paradoxos do sistema fiscal brasileiro. De lá para cá, já se vão quase 35 anos e, infelizmente, a definição segue pertinente. Um exemplo dessa complexidade que insiste em persistir envolve a EFD-Reinf, módulo criado em 2018 para supostamente tornar mais célere o envio para o Fisco de informações relacionadas com pagamentos de serviços sobre os quais incidem retenções tributárias (IR, receita bruta e dados de contribuição social não relacionados ao trabalho).

Essa celeridade, no entanto, se perde de vista quando uma série de mudanças vêm sendo implementadas na Reinf desde seu surgimento. A Reinf é mais uma obrigação fiscal que se coloca no panorama tributário de empresas que, antes, tinham o tratamento mais simplificado, incluindo empresas do próprio Simples Nacional.

Uma prova desse movimento se reflete no último dos pacotes de alteração. A informação dos lucros distribuídos passou a ser exigida de forma trimestral e os dados de cartões de crédito passaram a ser de responsabilidade das operadoras, isentando as empresas dessa obrigação. As demais informações continuam sendo requeridas e informadas mensalmente.

Outro entrave é o prazo, haja vista que a entrega da Reinf deve ser realizada até o dia 15 do mês subsequente à escrituração contábil - período que torna praticamente inviável o envio, dado o volume expressivo de informações a serem disponibilizadas. Isso fica claro quando pensamos nas retenções das notas fiscais de serviços tomados, uma vez que tais serviços podem ser contratados de empresas de qualquer município e não existe uma padronização. E como a coleta desses dados não é feita de uma base única, na prática, as empresas terão de investir em uma infraestrutura tecnológica robusta, contratação de mais mão de obra ou pagamento de honorários para a coleta, tratamento e registro dos dados exigidos dentro do prazo curto.

Isso eleva o custo operacional de empresas que, nem sempre, têm uma estrutura financeira compatível com a realidade fiscal do país. Assim, pouco adianta falar em racionalização a partir da reforma tributária quando a entrega de obrigações acessórias continua sendo uma dor de cabeça que tira tempo e recursos das empresas, além de aumentar ainda mais a complexidade do trabalho dos escritórios contábeis do país. É fato que o modelo tecnocrata, complexo, de viés punitivista e focado unicamente no aumento da arrecadação de nosso



## CLIPPING

DATA

05.02.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

26 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

sistema fiscal exige cada vez mais do contribuinte, ao passo que o Estado não cumpre seu papel de criar caminhos para o crescimento econômico.

Um dado que comprova tal complexidade envolve o número de horas que se gasta no Brasil apenas para o cálculo, pagamento e apuração de impostos: segundo relatório do Banco Mundial, estamos falando de mais de 1,5 mil horas. Em estudo do IBPT, esse tempo se traduz em um impacto financeiro na casa de R\$ 60 bilhões para o ambiente de negócios do país. Além disso, a velocidade das mudanças fiscais no país impressiona: também segundo o IBPT, o Brasil cria, em média, 46 novas regras tributárias a cada dia útil; dado que se reflete nas próprias novas obrigações da Reinf.

Ainda em relação à EFD-Reinf, além de toda complexidade, a empresa ainda fica sujeita a penalidades. Segundo a Instrução Normativa RFB nº 2.043/2021, os contribuintes que não entregarem as informações no prazo estabelecido ou que apresentarem dados incorretos ou omitidos estarão sujeitos a multas, que podem chegar a 2% ao mês ou fração sobre o valor dos tributos informados, limitada a 20%; R\$ 20,00 para cada conjunto de 10 informações erradas ou omitidas; e uma multa mínima estabelecida.

Uma possibilidade mais efetiva para minimizar esses impactos se daria por meio do aproveitamento de outras obrigações já entregues com o SPED-Contribuições e SPED-ECD. Ou seja: utilizar dados já coletados em vez de novas exigências. Todavia, precisamos acompanhar o desenlace da reforma tributária aprovada no ano passado e que aguarda o envio de projetos de lei entre março e junho. Aliás, as propostas não trazem inovações concretas, mantém obrigações não cabíveis às empresas, e impactarão na forma de apuração dos impostos com uma nova dinâmica contábil - e complexa.

Ainda no escopo da reforma e do número de obrigações que transformam o Brasil em um manicômio tributário, há de se considerar as novas obrigações trabalhistas, declarações e a própria EFD-Reinf que atingem inclusive os MEIs. Não se pode também falar em racionalidade tributária quando empresas do lucro presumido - via de regra, organizações do "middle market" - têm um conjunto de demandas e obrigações em linha com grandes companhias optantes pelo lucro real.

Sim, estamos falando de negócios com portes e capacidade financeira distintos, mas que enfrentam o mesmo nível de preocupações e de risco fiscal. Para mudar esse cenário, além da unificação de impostos, o país precisa de um sistema fiscal que busque construir uma cultura de maior previsibilidade, ao invés de complicar as rotas já obtusas de nosso ambiente tributário - caro, complexo e que impacta negativamente o dia a dia de empresas e escritórios contábeis. Assim, poderemos sair de um manicômio que desacelera nossa competitividade, comprometendo o futuro de empresas e de nossa economia.

## DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB

### Dia 05 de Fevereiro – Dia Nacional da Mamografia

O câncer de mama é uma das doenças que mais matam mulheres no Brasil e no mundo e a mamografia é o método mais eficaz para detectar precocemente este câncer.

É uma radiografia das mamas feita por um equipamento de raios X chamado mamógrafo,

capaz de identificar alterações suspeitas de câncer antes do surgimento dos sintomas, ou seja, antes que seja palpada qualquer alteração nas mamas.



A história da mamografia iniciou-se com Albert Salomon, cirurgião alemão que, em 1913, estudou a aplicação da radiologia nas doenças da mama. As primeiras radiografias das mamas foram realizadas por M. Romagnoli, na Itália em 1931, e chamou a atenção para o diagnóstico precoce do câncer de mama. Em 1949, Raul Leborgne revitalizou o interesse pela mamografia, chamando a atenção sobre a necessidade de qualificação técnica para o posicionamento e parâmetros radiológicos utilizados. Ele foi o pioneiro na melhoria da qualidade da imagem, além de dar ênfase especial ao diagnóstico diferencial entre calcificações benignas e malignas.

No Brasil, a recomendação do Ministério da Saúde – assim como a da Organização Mundial da Saúde e a de outros países – é a realização da mamografia de rastreamento (quando não há sinais nem sintomas) em mulheres com idade entre 50 a 69 anos, uma vez a cada dois anos, como forma de identificar o câncer antes do surgimento de sintomas.

De acordo com o presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia (SBM), nas populações que têm acesso à mamografia preventiva periódica, o número de mortes pela doença diminui de 15% a 45%. “A SBM recomenda que a realização anual do exame deve iniciar a partir dos 40 anos, mas nos casos em que a paciente tiver histórico familiar para câncer de mama (como mãe, pai, irmã) a mamografia deve ser iniciada pelo menos 10 anos antes da idade em que o familiar apresentou a doença”, afirma ele, mas alerta que em todos os casos, a mulher precisa ser acompanhada por um mastologista (médico especializado na saúde das mamas) anualmente.

É importante lembrar que o autoexame das mamas realizado pela própria mulher, apalpando os seios, ajuda na identificação de tumores maiores, porém, isso não substitui o exame clínico realizado por profissional da saúde e a mamografia.

**Obs.:** Embora a mamografia seja o principal exame para detectar anormalidades nas mamas, apenas uma biópsia poderá confirmar o diagnóstico, se benigno ou maligno. O diagnóstico precoce do câncer de mama



## CLIPPING

DATA

05.02.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

28 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

significa chance de cura de 90 a 95%; cirurgias menores e tratamentos menos agressivos. O câncer de mama não tem uma causa única. Diversos fatores estão relacionados ao aumento do risco de desenvolver a doença, tais como: idade, fatores endócrinos/história reprodutiva, fatores comportamentais/ambientais e fatores genéticos/hereditários.

### **Sinais e sintomas:**

O câncer de mama pode ser percebido em fases iniciais, na maioria dos casos, por meio dos seguintes sinais e sintomas:

- Nódulo (caroço), fixo e geralmente indolor: é a principal manifestação da doença, estando presente em cerca de 90% dos casos quando o câncer é percebido pela própria mulher;
- Pele da mama avermelhada, retraída ou parecida com casca de laranja;
- Alterações no bico do peito (mamilo);
- Pequenos nódulos nas axilas ou no pescoço;
- Saída espontânea de líquido anormal pelos mamilos.

### **Tratamento:**

O tratamento varia de acordo com o estadiamento da doença, as características biológicas do tumor e as condições da paciente (idade, se já passou ou não pela menopausa, doenças preexistentes e preferências).

As modalidades de tratamento do câncer de mama podem ser divididas em:

- Tratamento local: cirurgia e radioterapia;
- Tratamento sistêmico: quimioterapia, hormonioterapia e terapia biológica.

### **Prevenção e controle:**

O controle do câncer de mama é prioridade na agenda de saúde do Brasil. A perspectiva atual do Sistema Único de Saúde é impulsionar a organização das redes regionalizadas de atenção à saúde para garantir a detecção precoce, a investigação diagnóstica e o tratamento oportuno, reduzindo o número de casos de doença avançada e a mortalidade.

A prevenção deve ser também valorizada por meio da informação e de oportunidades para a adoção de práticas mais saudáveis.

Cerca de 30% dos casos de câncer de mama podem ser evitados com a adoção de hábitos saudáveis, como:

- Praticar atividade física;
- Manter o peso corporal adequado;
- Evitar o consumo de bebidas alcoólicas;
- Amamentar o máximo de tempo possível é um fator de proteção contra o câncer;
- Não fumar e evitar o tabagismo passivo são medidas que podem contribuir para a prevenção do câncer de mama.

O Dia Nacional da Mamografia é uma data comemorativa instituída pela Lei nº 11.695/2008, com o intuito de sensibilizar as mulheres sobre a importância da realização do exame.